



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA – SGP/COEDE/SECAP

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

UNIDADE SOLICITANTE: SECAP

RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Francisco Ednardo Carneiro de Almeida

1. OBJETO

Prestação de serviços técnicos profissionais especializados de Capacitação, através da contratação da palestra “A Justiça Eleitoral e as Pessoas Transgêneras”, sob a modalidade instrutoria interna, com o servidor do quadro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará MARCOS HELENO LOPES OLIVEIRA.

2. Justificativa da necessidade da contratação, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso:

Justifica-se pela necessidade de se promover a reflexão e a capacitação dos servidores da Justiça Eleitoral do Ceará sobre as crescentes questões de inclusão cidadã, de participação político-eleitoral e de atendimento ao público relativas às pessoas transgêneras, em especial a partir da edição do Decreto Presidencial nº 8727, 28/04/2016, da Resolução CNJ nº 270, de 11/12/2018 e da Resolução TRE-CE nº 792, de 10/11/2020, que tratam especificamente desse segmento social.

3. Quantidade de bem ou serviço a ser contratado:

2 horas de palestra.

4. Previsão de data em que deve ser entregue o bem ou iniciada a prestação dos serviços

28 de junho de 2021 – Dia Mundial LGBT.

5. Indicação do(s) membro(s) da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização:

Francisco Ednardo Carneiro de Almeida
Flávia Helena Bezerra Costa Galvão

6. Informar se a demanda consta no plano de contratações:

A demanda não consta no Plano Diretor de Desenvolvimento de Competências do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará para o período 2020/2021 – PDDC 2020/2021, aprovado na Portaria nº 531/2020, publicada no DJE nº 175 de 17/09/2020. Entretanto, busca difundir o que preceitua o Decreto Presidencial nº 8727, 28/04/2016, da Resolução CNJ nº 270, de 11/12/2018 e da Resolução TRE-CE nº 792, de 10/11/2020, que tratam especificamente desse segmento social.

7. Alinhamento Estratégico:

<input checked="" type="checkbox"/>	Garantia dos Direitos Fundamentais
	Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade
	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
	Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios
	Promoção da Sustentabilidade

	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
X	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados